

# pelas águas do PARAÍBA

Ano 10  
Edição Nº 20  
Dezembro de 2009  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO  
DA BACIA HIDROGRÁFICA  
DO RIO PARAÍBA DO SUL  
SP | RJ | MG

INFORMATIVO DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP

## Possível transposição de águas do rio Paraíba do Sul em debate na região

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE



Rio Paraíba do Sul  
em Resende (RJ)

www.ceivap.org.br

### Reservatórios do país apresentam maior nível dos últimos dez anos

No início de novembro, a Agência Nacional de Águas (ANA) apresentou as informações sobre a situação atual dos reservatórios do país e os riscos de cheias no ano hidrológico 2009/2010. Segundo a ANA, os principais reservatórios estão com os níveis mais elevados dos últimos dez anos para esta época, o que deixa algumas áreas em situação vulnerável com relação ao risco de enchentes. ■ PÁGINAS 4 E 5

### Programa recupera ictiofauna com soltura de 100 mil alevinos

A Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e empresas privadas do Rio de Janeiro realizaram, em 2009, quatro ações do Programa de Recuperação da Ictiofauna do Rio Paraíba do Sul, com a soltura de aproximadamente 100 mil alevinos. Os eventos aconteceram nos municípios de Resende (16/6, 13/10 e 20/10) e Barra do Piraí (7/10). ■ PÁGINA 10

No dia 28 de outubro o Governo de São Paulo realizou, na Capital Paulista, uma reunião com os representantes das diversas regiões que compõem a Macrometrópole de São Paulo para apresentar os estudos iniciais de uma possível transposição de águas do rio Paraíba do Sul. Participaram do encontro integrantes de Comitês de Bacias (entre eles o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP e o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul – CBH-PS), além de representantes de outros organismos, como os Conselhos das Regiões Metropolitanas, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Conselho Estadual do Meio Ambiente. ■ PÁGINAS 8 E 9

O Informativo "Pelos Águas do Paraíba" é uma publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Estrada Resende-Riachuelo,  
nº 2.535 – AEDB, 4º Andar  
Morada da Colina – Resende (RJ)  
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389  
www.ceivap.org.br – ceivap@ceivap.org.br

**Presidente**

Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos  
Secretaria de Estado do Ambiente  
do Rio de Janeiro – SEA/RJ

**Vice-Presidente**

Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel  
Associação Brasileira de Engenharia  
Sanitária e Ambiental – ABES/SP

**Secretária**

Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas  
Energisa Soluções S/A – MG

**Coordenação Técnica**

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia  
Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

CNPJ: 05.422.000/0001-01

Estrada Resende-Riachuelo,  
nº 2.535 – AEDB, 4º Andar  
Morada da Colina – Resende (RJ)  
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389  
www.agevap.org.br – agevap@ceivap.org.br

**Presidente do Conselho de Administração**  
Wagner Soares Costa

**Presidente do Conselho Fiscal**  
Oswaldo de Carvalho Ramos

**Diretor**

Edson Guaracy Lima Fujita

**Coordenador de Gestão**  
Hendrik Lucchesi Mansur

**Coordenador Técnico**  
Flávio Simões

**Produção Gráfica / Editorial  
Diagramação, Arte Final  
Reportagens, Redação, Edição e Revisão**  
Assessoria de Comunicação da AGEVAP  
TextoArte Comunicação – Rua Dr. Oliveira  
Braga, nº 405 – Centro – Aparecida (SP)  
CEP: 12570-000 – Tel: (12) 3631-4961  
textoarte@textoarte.com

**Editora**

Mônica da Costa (MTb 24.122)

**Jornalista Responsável**  
Teresa Barbosa (MTb 16.973)

**Fiscalização e Acompanhamento**  
Hendrik Lucchesi Mansur  
Aline Raquel de Alvarenga

**Fotografias**

TextoArte Comunicação e  
Arquivos CEIVAP/AGEVAP

**Impressão**

Resolução Gráfica – Tel: (12) 2125-1700

**Tiragem**

5.000 exemplares

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

**CBH-PS completa 15 anos de instalação**

O Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) completou, no dia 25 de novembro, 15 anos de instalação. Para celebrar a data será realizado dia 4/12, em São José dos Campos (SP), um evento comemorativo com homenagem às entidades parceiras que têm apoiado o CBH-PS, entrega do Troféu "Gota D'Água" a personalidades que se destacaram na construção dessa história de sucesso e coquetel dançante.

O CBH-PS foi o quarto órgão a ser instalado no Estado de São Paulo. É formado por 72 representantes (36 titulares e 36 suplentes) dos três

segmentos que o compõem: Estado, Prefeituras e Sociedade Civil. Além disso, conta em sua estrutura organizacional com cinco Câmaras de Assessoramento Técnico: Assuntos Institucionais, Educação Ambiental e Mobilização Social, Estudos de Cobrança da Água, Planejamento e Saneamento.

Para o biênio 2009/2011, foi eleita a seguinte diretoria: Presidente - Ana Lúcia Bilard Sicherle (Prefeita de São Luiz do Paraitinga); Vice-presidente - Luiz Roberto Barretti (ABES-SP) e Secretária Executiva - Marli Aparecida Reis Maciel Leite (DAEE).

**Nova lei amplia atribuições da ANA**

Com a Lei 12.058/2009, a Agência Nacional de Águas (ANA) ganha novas atribuições. Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 13 de outubro e publicada no Diário Oficial no dia 14, a nova regulação altera a Lei 9.984/2000 e estabelece novas atribuições da Agência, que passa a regular e a fiscalizar a prestação dos serviços públicos de irrigação.

Desde 14 de outubro, a ANA tem poderes para regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de irrigação, quando envolver corpos d'água de domínio da União em regime de concessão. Entre outros aspectos, cabe à agência disciplinar, em caráter normativo, a prestação desses serviços, além de fixar padrões de eficiência, estabelecer tarifas e responder pela gestão e auditoria dos contratos de concessão de irrigação. O objetivo é garantir a irrigação complementar dos produtores, a partir da ampliação da participação pública e da otimização de recursos partilhados entre os setores público e privado.

**CRH-SP aprova Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais**

A minuta do Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), em reunião extraordinária realizada no dia 26 de outubro. O documento já havia sido aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) e agora, com a aprovação no CRH, será enviado para a Assessoria Jurídica do Governo do Estado de São Paulo, para apreciação final, antes de ser encaminhado, respectivamente, para a sanção do governador e para a Assembléia Legislativa.

Com a lei, pretende-se criar um instrumento econômico adicional visando incentivar a restauração

e preservação de florestas nativas e a adoção de práticas de conservação de solos. Os programas estaduais de PSA estão previstos para serem lançados a partir do próximo ano, como parte de um Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para aprimorar o conhecimento técnico sobre o tema, a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) realizou, nos dias 3 e 4 de novembro, o 1º Seminário Paulista sobre Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. O evento, que ocorreu no anfiteatro da SMA, foi marcado pela presença de representantes de diversos setores da sociedade e reuniu um público qualificado para discutir como funciona esse instrumento econômico.

**CEIVAP promove dia 4 de dezembro reunião em São José dos Campos**

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP promove, no dia 4 de dezembro, as 5ª e 6ª reuniões extraordinárias no Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP). Com extensa pauta, o Comitê vai apreciar, entre outros assuntos, a Deliberação CEIVAP nº 122/2009, aprovada "ad referendum" e que dispõe sobre a adoção de prazo para a complementação de documentação às propostas apresentadas pelos candidatos a tomadores dos recursos da cobrança – Manual de Investimentos 2009; hierarquização das propostas habilitadas – Manual de Investimento CEIVAP 2009; aprovação do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão; Manual de Orientação ao Tomador – CEIVAP (2010); Plano de Revitalização da Bacia do Rio Barra Mansa; Convênio de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul; avaliação da AGEVAP pelos membros do CEIVAP; e aprovação da Agenda Anual do CEIVAP de 2010.

Com o encontro de São José dos Campos, o CEIVAP encerra o ano de 2009 totalizando oito reuniões (duas ordinárias e seis extraordinárias), que foram realizadas em Penedo (Itatiaia/RJ), nos dias 30 e 31 de março; em Resende/RJ, no dia 16 de junho; em Juiz de Fora/MG, no dia 18 de agosto; e no Rio de Janeiro, no dia 15 de outubro. Também este ano tomaram posse os novos membros do colegiado e foi eleita e empossada a nova diretoria do CEIVAP, formada por: Presidente – Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos (RJ); Vice-Presidente – Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel (SP); e Secretária – Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (MG).

Outras deliberações apreciadas em 2009 foram sobre o acompanhamento dos estudos contratados para aperfeiçoamento da metodologia de cobrança pelo uso da água; a revisão do Manual de Investimento 2009 para aplicação de recurso do CEIVAP; prioridades e orientações para a AGEVAP promover a contratação das ações previstas no Programa de



Aplicação dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água; e a hierarquização de 18 projetos, no valor de aproximadamente R\$ 1,2 milhão.

**O CEIVAP realizou no dia 15 de outubro, no Rio de Janeiro, a sua 2ª Reunião Ordinária. O encontro aconteceu após o encerramento do 1º Seminário do Setor Elétrico da Bacia do Rio Paraíba do Sul, sediado no Othon Palace Copacabana.**

**Comitê recebeu 62 propostas de projetos para captação de recursos do Manual de Investimentos 2009**

O CEIVAP recebeu 62 propostas de projetos para captação de recursos do Manual de Investimentos 2009, que visam à recuperação e proteção das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, para financiamento com recursos da cobrança pelo uso da água.

Por meio da Deliberação nº 114/2009, de 16/6/2009, o Comitê de Integração destinou para hierarquização os recursos financeiros de 2009 e o saldo remanescente de 2008, da seguinte forma: R\$ 1.400.000,00 para Ações de Gestão, R\$ 5.219.864,45 para Ações de Planejamento e R\$ 7.829.796,67 para Ações Estruturais, de acordo com as diretrizes do Plano de Investimentos integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP está efetuando a seleção das propostas apresentadas, processo realizado por

intermédio de análises e avaliações comparativas, em duas etapas:

1- Habilitação pela Área Técnica: esta etapa está sendo realizada pela Área Técnica da AGEVAP e consiste em verificar a proposta quanto ao atendimento aos requisitos obrigatórios estabelecidos no Manual de Investimentos 2009 e quanto ao mérito técnico, avaliando a coerência entre objetivos, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução.

2- Hierarquização pelo CEIVAP: os projetos habilitados serão hierarquizados através de Deliberação do CEIVAP, aprovada em Plenária, marcada para o dia 4 de dezembro, em São José dos Campos (SP). Os projetos são pontuados de acordo com os critérios relacionados a cada uma das ações apresentadas no Manual de Investimentos 2009, considerando-se o total de pontos obtidos por cada projeto na ordem crescente de pontuação.

# Reservatórios do país apresentam maior nível em dez anos

No início de novembro, a Agência Nacional de Águas (ANA) apresentou as informações sobre a situação atual dos reservatórios do país e os riscos de cheias no ano hidrológico 2009/2010. Segundo a ANA, os principais reservatórios estão com os níveis mais elevados dos últimos dez anos para esta época, o que deixa algumas áreas em situação vulnerável com relação ao risco de enchentes.

Na ocasião, aconteceu a inauguração da Sala de Situação da Agência, que vai monitorar o nível e a vazão dos rios em todo o Brasil, as chuvas acumuladas e a situação dos principais reservatórios. Além de acompanhar a operação da Rede de Monitoramento Hidrometeorológico Nacional, a Sala de Situação também funcionará como o Centro de Apoio à tomada de decisão da ANA em casos de crises.

Entre outras atribuições técnicas, a unidade fornecerá informações confiáveis e em tempo hábil disponibilizando, por exemplo, análises sobre a evolução das chuvas, dos níveis e das vazões dos rios e reservatórios, da previsão do tempo e do clima e simulações matemáticas que auxiliam na previsão de eventos extremos, como as cheias e secas. Outra função será planejar e promover ações para prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Além dos dados da Rede Hidrometeorológica Nacional, a Sala de Situação trabalha com dados do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Com o início do período de chuvas, algumas cidades da bacia hidro-



DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

**Francisco Arteiro de Oliveira, Gerente Executivo de Programação do ONS.**

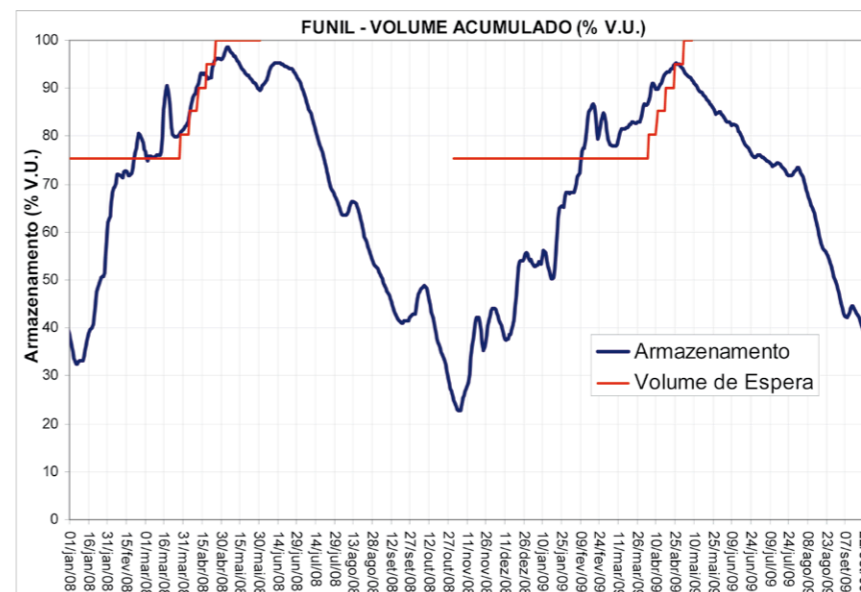
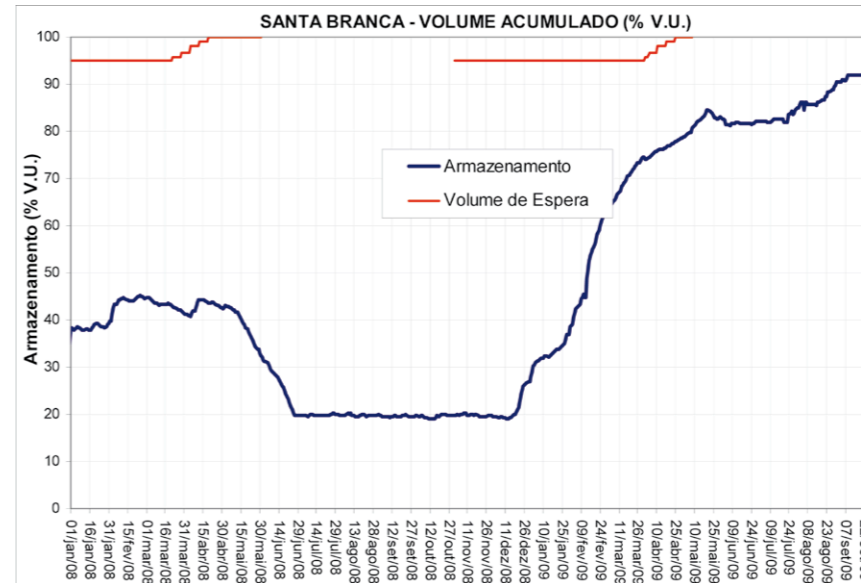
gráfica do rio Paraíba do Sul já apresentam situações de alerta, como Petrópolis e Natividade, no Rio de Janeiro, e Aparecida e Guaratinguetá, no Vale Paulista. Para falar sobre este assunto, o Informativo do CEIVAP conversou com Francisco Arteiro de Oliveira, Gerente Executivo de Programação da Operação do ONS:

**Informativo CEIVAP - Em 2008 nós tivemos muitas chuvas e as cidades sofreram muito com isso. Como o ONS está se preparando para o próximo período, visto que os reservatórios estão com uma situação boa?**

Francisco Arteiro – O ONS tem o Plano Anual de Controle de Cheias

que contempla a bacia do rio Paraíba do Sul. Isso determina que façamos volumes de espera (que são volumes vazios) nos reservatórios, com o objetivo de que absorvam os picos das cheias e protejam as restrições a jusante. Nesta bacia temos os volumes de espera mais significativos em Santa Branca e Funil. Neste momento, estamos buscando deplecionar os reservatórios para que eles atinjam seus volumes de espera. A situação hidrológica está muito favorável, os reservatórios estão muito bem armazenados, principalmente as cabeceiras, o que nos conduz a já pensar que teremos vazões elevadas no rio. Assim, vamos ter de realizar um trabalho em conjunto com o se-

BOLETIM DE MONITORAMENTO DOS RESERVATÓRIOS DO SISTEMA HIDRÁULICO DO RIO PARAÍBA DO SUL - Nº 10 - OUT2009/ANA



“ O ONS tem o Plano Anual de Controle de Cheias que contempla a bacia do rio Paraíba do Sul. Isso determina que façamos volumes de espera (que são volumes vazios) nos reservatórios, com o objetivo de que absorvam os picos das cheias e protejam as restrições a jusante. Nesta bacia temos os volumes de espera mais significativos em Santa Branca e Funil. Neste momento, estamos buscando deplecionar os reservatórios para que eles atinjam seus volumes de espera ”

**Francisco Arteiro – ONS**

Francisco Arteiro – O ONS participa como convidado no Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH), do CEIVAP. Ao ONS cabe as ações de operação e então, com certeza, em todos estes planos nós estamos envolvidos, seja apresentando estudos, atuando como consultores ou participando nos grupos em que somos membros efetivos. Todas as ações que foram tomadas em eventos como a seca de 2003, derramamento de endosufan, válvulas de Nilo Peçanha e Rio Pomba, todas elas foram coordenadas a partir do ONS. O ONS tomou ciência do problema, estabeleceu os critérios a serem adotados, implementou os estudos e, junto com os agentes, cuidou da operação para que nada fosse feito fora do que foi programado. Existe apenas o imponderável: a bacia do rio Paraíba do Sul tem no trecho de Barra Mansa incrementais muito grandes que descem da Serra da Mantiqueira e isso faz com que tenhamos de tomar medidas, às vezes a campo, para que possamos evitar a quebra de restrições em Barra Mansa, Resende e Volta Redonda. É uma preocupação, mas temos um esquema montado junto com Furnas.

tor elétrico e os órgãos consultivos da bacia para que possamos minimizar os eventuais impactos deste período úmido, que parece que será favorável, associado ao nível elevado que os reservatórios se encontram.

**Informativo CEIVAP – Fora do Comitê de Bacias, como é que os municípios participam destas decisões ou ficam sabendo destas operações?**

Francisco Arteiro – Por meio dos agentes que têm aproveitamentos hidrelétricos na bacia. Eles acionam as Prefeituras e a Defesa Civil, quando se deslumbra a possibilidade do rompimento de alguma restrição.

Por exemplo: Light, Furnas e CESP têm canais de comunicação diretos com esses órgãos e toda vez que os estudos indicam a possibilidade da quebra de alguma restrição, imediatamente estas entidades são avisadas.

**Informativo CEIVAP – Atualmente está sendo elaborado um Plano de Contingência para a Bacia Rio do Paraíba Sul, justamente para atender a qualquer tipo de evento crítico como, por exemplo, o derramamento do pesticida “endosufan”, em Resende (RJ). O ONS está participando da construção deste Plano de Contingência?**

## Municípios têm pouco mais de um ano para se adequarem à Lei de Saneamento Ambiental

ALEXANDRE LOUREIRO/GINGAFOTOS – AGENDA REGULA BRASIL



A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades finalizou no mês de outubro o ciclo de seminários regionais do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e as oficinas de sensibilização para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico Participativo. As discussões ocorreram em Belo Horizonte, Brasília, Recife, Manaus e Porto Alegre. Os seminários têm como objetivo realizar debates, levantar as necessidades e desafios do setor de saneamento básico, de forma regionalizada, e analisar os fatores a serem superados para a implementação do plano.

A realização desses cinco seminários regionais para a discussão da Visão Estratégica do Plano Nacional de Saneamento Básico corresponde apenas à 1ª rodada de discussão pública para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico. A 2ª etapa prevê um amplo estudo denominado Panorama do Saneamento Básico no Brasil, a fim de subsidiar o plano. Por fim, na 3ª etapa, quando se dará a elaboração do PLANSAB, estão previstas ainda outras duas rodadas de discussão, com audiências públicas e oficinas temáticas nos Estados.

De acordo com a Assessoria de Comunicação do Ministério das

**Com o apoio do CEIVAP, o município de Guaratinguetá (SP) abriu o debate em torno da questão da regulação dos serviços de saneamento ambiental, durante o evento “Agenda Regula Brasil”. Mais que isso: a cidade saiu na frente e é uma das sete de todo o Brasil que já possui uma Agência Reguladora.**

Cidades, o balanço preliminar da participação nos seminários indica que o governo atingiu os objetivos – tanto em relação aos importantes debates realizados quanto à participação representativa de todos os segmentos da sociedade com interesse nos temas do saneamento, como organizações do movimento

social, prestadores de serviço e órgãos da administração pública nos três níveis. Para o Ministério, as reuniões despertaram o interesse de todos para a relevância e os desafios desse processo de planejamento, além de reunir contribuições para a definição das diretrizes e estratégias do Plano.

Para coordenar o Plano Nacional de Saneamento Básico foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, por meio do Decreto nº 6.942/2009, que também instituiu o Biênio Brasileiro do Saneamento (2009/2010). O PLANSAB tem como princípio a universalização do saneamento, a integração das políticas, cooperação federativa e a melhoria da gestão dos serviços de saneamento. O plano é uma exigência da Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico visando à saúde, à qualidade de vida e à inclusão social. Nele estão estabelecidos os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento em todo o território nacional.

A Lei de Saneamento estabeleceu que até 31 de dezembro de 2010 todos os municípios estejam regulados e isso envolve saneamento básico (esgoto e água), lixo (resíduos sólidos, líquidos e gasosos), destino do óleo, drenagem e manejo de águas pluviais. Ao ser questionado sobre uma possível prorrogação do prazo para os municípios se enquadrarem à nova legislação, o Ministério das Cidades informou que está verificando se existe essa necessidade.

### Discussão Regional

Com o apoio do Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) – que abrange 183 municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

**O Diretor da AGEVAP, Edson Fujita, esteve presente no “Agenda Regula Brasil”, evento realizado no mês de agosto em Guaratinguetá. A Lei de Saneamento estabeleceu que até 31/12/2010 todos os municípios estejam totalmente regulados.**

–, Guaratinguetá (SP) abriu o debate em torno da questão da regulação dos serviços de saneamento ambiental, durante o evento “Agenda Regula Brasil”, que ocorreu nos dias 20 e 21 de agosto.

A cidade recebeu cerca de 200 pessoas, entre prefeitos, representantes de Agências Reguladoras, gerentes, executivos e técnicos das concessionárias públicas e privadas de saneamento, governo federal, Ministério Público e sociedade civil. O encontro também colocou em discussão o impacto ambiental dos serviços de saneamento provocado pela ausência de regulação, o que interfere diretamente na sua eficiência, gerando perdas de água, despejos irregulares de esgotos e outros danos à natureza.

O Ministério das Cidades estima que, em 20 anos, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 240 bilhões (R\$ 12 bilhões/ano) para atingir a meta de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. E para que esses investimentos gerem o retorno esperado, torna-se necessário que haja controle social e fiscalização, garantindo equilíbrio nas relações entre o poder concedente, usuário e prestador de serviço. Além disso, é importante dar garantia aos investimentos do setor privado, através de contratos e metas bem definidas. A partir de 2010, o município que não tiver agências reguladoras poderá perder o acesso

aos recursos federais para o saneamento e ainda ver suspensos os contratos de concessão que mantêm na área de saneamento.

Guaratinguetá saiu na frente e é uma das sete cidades de todo o Brasil que já possui uma Agência Reguladora. Pela lei, é obrigatória a instalação de Agências Reguladoras Regionais ou Municipais e no caso dos pequenos municípios que não têm condições para a implantação de uma agência reguladora local, poderão os mesmos se utilizarem da agência de uma cidade maior ou mesmo de uma autarquia estadual de regulação e fiscalização.

No caso de Guaratinguetá, a Agência Reguladora do Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – ARSAEG é uma autarquia de regime especial vinculada diretamente ao gabinete do prefeito, instituída por lei municipal, em 2007. Segundo o Diretor Técnico Operacional, Fernando Macedo, os próximos passos para adequação já estão sendo dados. “Concluímos o Plano de Esgotamento Sanitário, o Plano de Água segue para Audiência Pública este mês e o Plano de Drenagem e Resíduos Sólidos será iniciado em janeiro do próximo ano”, diz. Para ele, o maior benefício após a implantação efetiva do Plano de Saneamento Básico será o planejamento das ações. “A partir desta mudança, as empresas de saneamento irão se transformar em Gestoras de Saneamento”, explica.

ALEXANDRE LOUREIRO/GINGAFOTOS – AGENDA REGULA BRASIL



## Debate sobre transposição de águas para a Macrometrópole Paulista ganha força em toda a região

No dia 28 de outubro o Governo de São Paulo realizou, na Capital Paulista, uma reunião com os representantes das diversas regiões que compõem a Macrometrópole de São Paulo para apresentar os estudos iniciais de uma possível transposição de águas do rio Paraíba do Sul. Participaram do encontro integrantes de Comitês de Bacias (entre eles o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP e o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul – CBH-PS), além de representantes de outros organismos, como os Conselhos das Regiões Metropolitanas, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Conselho Estadual do Meio Ambiente. Os estudos compõem o Relatório Intermediário 1 (RI-1), uma síntese da consolidação dos dados sobre a situação em que se encontra a região da macrometrópole, do ponto de vista socioeconômico e de demanda da água.

Representando o CEIVAP participou da reunião Edes Fernandes de Oliveira, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), Gerente do Complexo de Produção de Água Tratada do Guandu. Sua suplente é Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, representante dos usuários do setor de energia e atual secretária do CEIVAP.

A indicação de Oliveira pelo Comitê de Integração leva em consideração que a Estação de Tratamento de Água Guandu é completamente dependente das águas provenientes do rio Paraíba do Sul, através da transposição feita pela Light. “A ETA tem a maior produção de água do mundo e é responsável pelo abastecimento de cerca de nove milhões de pessoas em oito municípios, incluindo a cidade do Rio de Janeiro”, afirma o gerente.

Oliveira considera que essa primeira reunião atingiu seu objetivo, que foi apresentar aos participantes os estudos realizados até o momento. “O Relatório Intermediário 1, como estudo inicial, tinha a proposta de demonstrar as alternativas que estão sendo consideradas e os dados que foram utilizados para esta avaliação”, diz. Segundo ele, a partir da discussão do RI-1 será elaborado um segundo relatório mais detalhado, cuja apresentação ainda não tem data marcada.

Desde que foi anunciada uma possível transposição de águas do Rio Paraíba para atender à demanda de abastecimento público da Macrometrópole de São Paulo, o assunto tem gerado muito debate na região do vale Paulista e Fluminense. Inúmeras reuniões já foram realizadas e a questão aparece sempre com a ressalva de que a sociedade civil tem ficado à margem da tomada de decisões sobre temas relevantes – levando-se em conta que qualquer ação deste porte deve produzir consideráveis impactos para a qualidade ambiental da região.

No segundo semestre deste ano, movimentos com o objetivo de construir uma agenda de discussão e negociação junto ao Governo Estadual paulista têm sido realizados, com ampla participação de ONGs ambientalistas, entidades como a Comissão Ambiental Sul, ligada à Diocese de Volta Redonda e Barra do Pirai, e representantes do poder público, como a Frente Parlamentar em Defesa do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira e o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP). O último destes eventos aconteceu no dia 30 de novembro, na Câmara Municipal de São José dos Campos, com o lançamento



Rio Paraíba do Sul em Resende (RJ)

oficial da Campanha Contra a Transposição durante o Fórum Regional em Defesa do Rio Paraíba do Sul.

### Plano Diretor

O “Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista”, cujo contrato foi assinado no dia 13/11/2008 entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e a Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE), tem uma abrangência muito grande. O estudo, que deveria ter sido concluído em outubro deste ano – mas que por uma série de fatores teve os trabalhos prorrogados até março de 2010 – e recebeu R\$ 2,98 milhões de investimentos do Governo do Estado de São Paulo, vai avaliar as disponibilidades e demandas atuais e futuras e apresentar alternativas de novos mananciais para o uso múltiplo de recursos hídricos nas várias bacias hidrográficas englobadas pela macrometrópole, composta pelas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), Campinas (RMC) e Baixada Santista (RMBS), acrescida de regiões limítrofes ou adjacentes.

De acordo com a Secretaria de Saneamento e Energia, trata-se de um planejamento estratégico muito importante para o Estado de São Paulo para os próximos 30 anos, pois o abastecimento futuro e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico dependem deste mapeamento da disponibilidade hídrica. Estão total ou parcialmente incluídas no âmbito regional dos estudos as seguintes Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos: Alto Tietê (AT); Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ); Baixada Santista (BS); Sorocaba e Médio Tietê (SMT); Paraíba do Sul (PS) e outras que indiretamente compõem a área de influência deste conjunto.

Para revisar os estudos existentes e propor alternativas que resolvam os conflitos do uso da água já observados em toda a região, o governo instituiu por Decreto (Nº 52.748, de 26 de fevereiro de 2008) um Grupo de Trabalho (GT), composto pelos Secretários de Estado das Pastas de Economia e Planejamento (SEP), Sa-

neamento e Energia (SSE) e do Meio Ambiente (SMA). De acordo com Rui Brasil Assis, Assessor de Gabinete e representante da SSE neste GT, a chamada macrometrópole (região que envolve 180 municípios) hoje já enfrenta muitos conflitos de uso e justamente para equacionar estes problemas é que o governo chamou para si o desenvolvimento deste Plano Diretor. “O objetivo primeiro é apresentar soluções de abastecimento – não exclusivamente de abastecimento público, mas para sustentar o desenvolvimento da região”, enfatiza.

Depois desta primeira reunião e com a produção de um segundo relatório, haverá novamente espaço para discussão com todos os representantes para a avaliação dos estudos e alternativas, sob quatro óticas: técnica, econômica, ambiental e institucional. “E, por fim, após concluídos os dois primeiros estágios, faremos Seminários Regionais que serão decididos com esses representantes e agendados nas diversas bacias hidrográficas, para apresentar as propostas ao público como um todo – não só aos técnicos”, informa.

Rui Brasil lembrou que estudos de aproveitamento das águas do rio Paraíba, que não fossem exclusivamente para geração de energia, existem há muito tempo. “O último deles data de 2005 e não se transformou em meta: trata-se apenas de uma prospecção feita de um estudo realizado pela SABESP, que é o Plano Diretor de Abastecimento de Água (PDAA), elaborado para o horizonte de 2025 e que incluía entre uma de suas alternativas a reversão do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, para abastecimento da Região Metropolitana de SP e, eventualmente, da região de Campinas”, comenta.

Para ele, é justificável a preocupação da região quanto à elaboração deste novo Plano Diretor, mas o que está ocorrendo é a antecipação de um debate. “As alternativas não foram sequer dimensionadas, calculadas ou avaliadas. Estamos ainda as estudando, o que significa que ninguém possui elementos para dizer, neste momento, qual é a melhor. Portanto, é uma antecipação que não ajuda em nada”, conclui.

## Programa recupera ictiofauna do rio Paraíba do Sul com a soltura de 100 mil alevinos

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE



A Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e empresas privadas do Rio de Janeiro realizaram, em 2009, quatro ações do Programa de Recuperação da Ictiofauna do Rio Paraíba do Sul, com a soltura de aproximadamente 100 mil alevinos. Os eventos aconteceram nos municípios de Resende (16/6, 13/10 e 20/10) e Barra do Piraí (7/10). As doações dos peixes – das espécies corimbatá, piabanha e lambari do rabo amarelo, criadas nas estações de aquicultura da CESP – vieram das empresas Light (50 mil), Votorantim Siderurgia (25 mil) e Servatis Agro e Fine Chemicals (25 mil).

A meta do Governo do Estado é repovoar o rio Paraíba do Sul com um milhão de peixes nos próximos dois anos. Por meio de convênio, a Light vai doar mais 50 mil alevinos, que serão introduzidos em Itaocara e na Usina de Ilha dos Pombos, localiza-

da no município de Carmo, ambos no Estado do Rio de Janeiro.

A iniciativa reforça o compromisso do governo com a população e com os mais de 1.700 pescadores que sobrevivem exclusivamente da atividade pesqueira no rio e que foram afetados pelo acidente ambiental ocorrido em novembro do ano passado. Na ocasião, vazaram 8 mil litros do pesticida endossulfan, proveniente da empresa Servatis, atingindo 400 km do rio – desde o município de Resende até São João da Barra – e provocando a mortandade de 150 mil toneladas de peixes. Por ter ocorrido no período reprodutivo, o acidente comprometeu a produção pesqueira para os próximos anos.

O presidente do INEA, Luiz Firmino Martins, disse que durante seis meses o Instituto realizou o monitoramento das águas do Paraíba do Sul, devido ao vazamento do endossulfan. “Este importante corpo hídrico foi re-

**Em outubro, o município de Resende (RJ) recebeu, nos dias 13 e 20 (foto), as terceira e quarta ações do Programa de Recuperação da Ictiofauna do Rio Paraíba do Sul, com a soltura de 47 mil alevinos. Os eventos foram promovidos pela Secretaria de Estado do Ambiente, Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Prefeitura de Resende.**

cuperado e agora estamos efetuando as ações de repovoamento do rio. O Paraíba do Sul tem grande importância para o meio ambiente, sobretudo para os moradores do Rio de Janeiro”, enfatiza. O rio corta quase metade do Estado, passando por 37 municípios, e constitui a única fonte de abastecimento para 85% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Segundo Paulo Schiavo, Vice-Presidente do INEA, a participação das empresas é de grande importância para o Programa de Recuperação do Paraíba do Sul, que inclui, entre outras atividades, a revitalização de nascentes e de mata ciliar e ações de controle ambiental. Ele ressaltou que o envolvimento da Servatis neste programa é voluntário e não está relacionado com as sanções que a empresa recebeu devido ao acidente que causou o vazamento de endossulfan no rio. Schiavo informou ainda que esta foi a última ação de repovoamento do Programa em 2009, iniciado em junho deste ano.

### Alunos participam dos eventos

A Secretária de Estado do Ambiente, Marilene Ramos, atual Presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), participou de duas ações: no lançamento do Programa, em Resende, e em Barra do Piraí.

Segundo ela, a soltura dos alevinos é mais uma etapa para a recuperação do Rio Paraíba do Sul, mas já existem outras atividades em andamento. “Em paralelo, estamos atu-

alizando um estudo de dispersão de poluentes ao longo desse importante corpo hídrico; fazendo levantamento das atividades de risco situadas no curso do Paraíba do Sul no sentido de exigir auditorias ambientais; aprimorando o monitoramento da qualidade da água e atualizando o Plano de Emergência, levando em consideração as atividades de risco situadas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais”. A Secretária ressaltou que o Programa de Recuperação do Rio Paraíba do Sul está aberto à participação de outras empresas privadas, neste grande projeto de evolução sustentável do Rio de Janeiro.

Os estudantes da rede municipal sempre estiveram presentes nos eventos, que contaram com o apoio das Prefeituras de Resende e Barra do Piraí. Nesta última cidade, os pequenos alunos do Jardim da Infância “Murilo Braga” também foram acompanhar a soltura dos peixes. A diretora, Arinéia Pereira Dantas, contou que o Paraíba passa no fundo da escola e que o desastre ambiental abalou muito as crianças. “Elas viam os peixes mortos descendo o rio e ficavam tristes, porque já estavam sabendo do caso pela televisão”, lembra.

As professoras Patrícia Telles e Andrea Fernandes disseram que trabalharam muito com os alunos quando aconteceu o problema e que viram a necessidade de levar as crianças para acompanhar a soltura dos alevinos. “Temos de mostrar a elas que as pessoas estão preocupadas com o meio ambiente e que os responsáveis estão procurando fazer a sua parte”, diz Andrea.

**Alunos do Jardim de Infância “Murilo Braga” acompanhados da diretora Arinéia Dantas e as professoras Patrícia Telles e Andrea Fernandes.**

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE



## Oficina debate concepção do Plano de Bacias do CBH-PS

ARQUIVO/FCR



**Evento, coordenado pela FCR, contou com a presença de toda a diretoria do CBH-PS: Marli Reis, Ana Lúcia Sicherle e Luiz Roberto Barretti (da esq p/ dir).**

O Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) realizou, nos dias 18 e 19 de novembro, em Paraibuna (SP), uma Oficina Técnica de Trabalho para avaliar o desenvolvimento do Plano de Bacias 2009-2012, financiado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e cuja entidade tomadora é a Fundação Christiano Rosa (FCR). Estiveram presentes neste encontro cerca de 50 representantes dos segmentos que compõem o CBH-PS e suas Câmaras Técnicas, além de outros convidados como o Diretor da AGEVAP, Edson Fujita.

De acordo com os organizadores, o encontro serviu para apurar as principais indicações e desejos da sociedade quanto à concepção do Plano de Bacias, instrumento que norteará o planejamento de uso dos recursos hídricos da região para um horizonte de 20 anos, com medidas de curto, médio e longo prazos. Durante a oficina os participantes referendaram a aprovação do Plano de Trabalho traçado para a execução do projeto (dividido em quatro módulos), coordenado pela FCR e executado sob a responsabilidade técnica do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT):

Módulo I – Elaboração do Plano de Bacias 2009-2012.

Módulo II – Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Sistema

Gerenciador de Bancos de Dados (SGBD).

Módulo III – Condução dos processos participativos durante a elaboração do Plano de Bacias.

Módulo IV – Coleta, Sistematização, Análise de Dados e Elaboração de Propostas.

Outro passo importante obtido neste encontro foi a construção de um Plano de Investimentos para a aplicação dos recursos provenientes do FEHIDRO e da cobrança pelo uso da água de domínio estadual, ao longo de quatro anos. O cenário projetado para a sua execução prevê recursos de cerca de R\$ 20 milhões, priorizando ações enquadradas em todos os oito PDCs (Planos de Duração Continuada) – respeitadas as limitações impostas pela Deliberação CBH-PS 05/2006.

Os resultados da oficina foram considerados bastantes positivos pela diretoria do CBH-PS, que elogiou muito o trabalho realizado pelo grupo de técnicos e representantes da sociedade civil reunidos na ocasião, sob a moderação do consultor Cacá Bezerra. No próximo dia 15 de dezembro, em atendimento à Deliberação 62/2006 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Plano de Bacias 2009-2012 será apresentado para avaliação e aprovação da plenária do CBH-PS, durante reunião a ser realizada no município de Cruzeiro (SP).

## 1º SERPASUL reuniu especialistas do setor elétrico

FOTOS: DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

Cerca de 200 pessoas participaram do 1º Seminário do Setor Elétrico na Bacia do Rio Paraíba do Sul (SERPASUL), que aconteceu nos dias 14 e 15 de outubro, no Othon Palace Copacabana, no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e teve como tema “Aspectos Energéticos na Política de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul”.

Para a coordenadora do SERPASUL, Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, atual secretária do CEIVAP e representante dos usuários (Setor de Hidroeletricidade – MG), o objetivo foi alcançado. “O Seminário nos deu a oportunidade de ver a apresentação de empresas instaladas na bacia, os desdobramentos de ações que resultam de cada negócio, bem como as dificuldades que elas enfrentam”.

Aparecida afirmou que nestes dias de debates os participantes elencaram como encaminhamentos ao Comitê de Integração a solicitação de definição e localização de pontos de controle de quantidade e qualidade da água do rio Paraíba do Sul e o estabelecimento de metas futuras – assunto que já está em pauta no Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI), do CEIVAP; e uma proposta de harmonização de critérios e procedimentos de outorga entre os órgãos gestores: Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM/MG), Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE/SP) e Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ).

“Estes assuntos foram levados à plenária do CEIVAP – que aconteceu na tarde do dia 15, após o SERPASUL –, acatados pelos presentes e serão discutidos pelo Grupo de Trabalho de Operação Hidráulica e no GTAI. Também foi solicitada uma maior discussão, no âmbito do CEIVAP, sobre a matriz energética da bacia”, diz a organizadora.

O Seminário foi composto por três painéis: Hidroeletricidade – Usos Múltiplos e Modelo de Gestão na Bacia do Rio Paraíba do Sul; As-



**Técnicos de toda a bacia lotaram o Salão Itaipu, do Othon Palace Copacabana. Durante o evento, a Presidente do CEIVAP e Secretária do Ambiente do Rio de Janeiro, Marilene Ramos, recebeu o Troféu “Destaque SERPASUL”, homenagem entregue por Jerson Kelman.**

pectos Regulatórios do Setor Elétrico; e Aproveitamento Energético na Bacia do Paraíba do Sul. Estiveram presentes Marilene Ramos, Secretária do Ambiente do Rio de Janeiro e atual Presidente do CEIVAP; Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora Geral do IGAM – representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos de Carvalho; e Marli Aparecida Reis Maciel Leite, Diretora do DAEE/BPB (Bacia do Paraíba e Litoral Norte) e Secretária-Executiva do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), entre outras autoridades. Na ocasião, Marilene foi homenageada com o Troféu “Destaque SERPASUL”.

Os palestrantes deste Seminário foram: Vicente Andreu, Secretário Executivo da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente; Jerson Kelman, professor da COPPE/UFRJ;

José Francisco Arteiro de Oliveira, Gerente Executivo de Programação da Operação do ONS; Ricardo Furtado, Superintendente de Meio Ambiente da EPE; Joaquim Gondim, Superintendente de Usos Múltiplos da ANA; Mário Cicareli, engenheiro civil; Cid Tomanik Pompeu, Doutor e Mestre em Direito do Estado; Carlos Frederico Meneses (EPE); Tarcisio Luiz Coelho de Castro, Coordenador AAI/EPE; Luiza Cristina Krau de Oliveira (FURNAS); Elizabete Lacerda Domingos (ENERGISA); Antonio Fonseca (BROOKFIELD); Sérgio Cerninano (CESP); Nelson Benício Marques Araújo (CEMIG); Luís Fernando Guimarães (LIGHT); Filipe Koefender (DESENVIX); e Maria Aparecida Vargas – Secretária do CEIVAP (ENERGISA). E debatedores: Patrícia Boson; Breno Lasmar; Maurício Nogueira Frota; Marília Mello; Lígia Nascimento; Ana Maria de Gouvêa e João Vieira.